

Colono, produtor, negociante: Trajetórias na produção de um território

Celso Antonio Favero¹
UNEB

RESUMO: O objetivo deste trabalho é definir marcos para uma interpretação sociológica do processo de produção histórico-social de um território, o município de Toledo, no Oeste do Paraná. O que é Toledo, que caminhos nos levam a Toledo, que atores, estratégias e mecanismos contribuem para a produção deste território, como esses atores agem e que metamorfoses no território resultam dessa ação? Como o território se estrutura, se auto-representa e se insere, atualmente, no tempo/espaço de uma "globalização" marcada pela "indeterminação"? Entende-se o território, para essa finalidade, como campo estruturado de atores portadores de histórias e de projetos, com suas respectivas posições e disposições; ele é, portanto, obra/produção sócio-histórica.

PALAVRAS-CHAVE: Toledo; território; produção histórico-social; globalização.

ABSTRACT: The objective of this paper is to define some marks for a sociological interpretation of the process of historical-social production of a territory, the municipal district of Toledo, located in western Paraná. What is Toledo, what paths lead us to Toledo, what actors, strategies, and mechanisms contribute to the production of this territory, how do these actors act, and what metamorphoses in the territory result from this action? How does the territory structure itself, self-represent itself, and insert itself, currently, in the time/space of a "globalization" marked by "indetermination"? The territory is understood, for this end, as a field made up of actors bearing stories and projects, with their respective positions and dispositions; it is, therefore, a socio-historical work/production.

KEY WORDS: Toledo; territory; historical-social production; globalization.

INTRODUÇÃO

"[...] a questão é saber como a História irrompe na vida de todo dia e trava aí o embate a que se propõe, o de realizar no tempo miúdo da vida cotidiana as conquistas fundamentais do gênero humano, aquilo que liberta o homem das múltiplas misérias que o fazem pobre de tudo: de condições adequadas de vida, de tempo para si e para os seus, de liberdade, de imaginação, de prazer no trabalho [...]. Uma vida em que, além do mais, tudo parece falso e falsificado, inclusive a esperança, porque só o fastio e o medo parecem autênticos" (Martins, 2000: 12).

Toledo, Oeste do Paraná, 2004-2005. O Conselho de Desenvolvimento Rural de Toledo desencadeou amplo processo de mobilização das lideranças rurais com o propósito de elaborar o "Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável do Município". Nessa perspectiva, foram realizadas reuniões em comunidades, cooperativas e sindicatos, além de assembléias municipais e audiências públicas. No final de 2005 foi aprovado o "Plano" (FAVERO e ROESLER, 2006).

Nesse mesmo tempo, a Sociedade Rural (SR) de Toledo, Sindicatos Rurais, Cooperativas, Associações de Suinocultores, Associações Comerciais e Industriais, Empresas e Cooperativas, com o apoio de parlamentares estaduais e federais da Bancada Ruralista e da imprensa local, em nome do agronegócio, desencadearam ampla mobilização com a finalidade de conter a "escalada" de autuações² de órgãos do Estado com base na legislação ambiental e de propor reformulações nessa legislação, seguindo o modelo formulado em algumas regiões de Santa Catarina³. Durante alguns meses multiplicaram-se os "tratores", o fechamento de estradas e as grandes manifestações públicas⁴ abrindo, na região, o debate sobre o planejamento do desenvolvimento⁵.

Toledo, Oeste do Paraná, 1940-2006. A história de Toledo como ela é contada, como ela é vivida. Durante as últimas décadas, o Oeste do Paraná tem sido objeto freqüentemente visitado por estudiosos de ciências sociais e, também, por "narradores de histórias" de municípios. Ao lado dessas histórias escritas, pululam manifestações, festas, celebrações, que misturam passado e presente, histórias que se conta, histórias que se viveu. Produz-se, desse modo, um território: o Oeste do Paraná, Toledo, quatro momentos, diversos personagens: a *obrage* (início do século XX) que tem como ator central empresas extrativo-madeireiras argentinas e trabalhadores paraguaios; a colonização (1940-1960) que se articula com base no binômio empresas colonizadoras/colono; a modernização (1960-1980) que faz emergir o produtor rural integrado e empresas/cooperativas integradoras; finalmente, a globalização (após 1990) promove o aparecimento do agro-negociante com os olhos fixos nas bolsas de *commodities*. Com esses tempos-espaços-atores,

sempre presente, “metamorfose ambulante”, estiveram as igrejas católica e luterana e, recentemente, as inúmeras “novas igrejas”, igrejas “renovadas”.

Modos de apropriação e de utilização do patrimônio natural, sistemas tecnológicos apropriados e desenvolvidos, sistemas de sociabilidade, produtos e formas de produzir, demandas e consumo, trabalho e festa, negócio e ócio, inclusões e exclusões, enfim, o controle dos tempos e dos espaços, são algumas das variáveis através das quais se pode apreender cada um desses espaços/momentos/personagens e os modos como eles se estruturam e realizam a sua ação. Cada novo momento formula novas conformações, novos mundos, que resultam, essencialmente, do encontro/desencontro do território com as suas especificidades e diversidades.

Neste trabalho, enredados nessas intrincadas tensões, não se pretende realizar um inventário dos estudos e das vivências que produziram Toledo, embora isso seja importante. Não se pretende, tampouco, estudar a suposta identidade da região e dos seus personagens. De diversos modos, tudo isso já foi feito. O propósito que se tem é, simplesmente, elaborar alguns marcos que podem contribuir para uma interpretação sociológica das metamorfoses por que passam o território e os seus personagens ao longo da sua trajetória. Com essa finalidade, toma-se o município de Toledo como (se fosse) um território, mesmo considerando as (graves) inconsistências dessa operação. Pretende-se saber, como, sociologicamente⁶, se pode estruturar uma abordagem que permita entender, atualmente, este campo social de tensões: opacidades e transparências, negações e revelações, privatizações e publicizações e, principalmente, os jogos através dos quais se produz o território. Toledo. Toledo visto pelo viés da literatura; Toledo visto pelo viés dos seus personagens vivos, atuais; Toledo como tentativa de tradução.

Um conceito estrutura a abordagem: “território”. Território: tempo-espaço, atores. Em primeiro lugar, seguindo Soja (1993: 123), concebe-se o espaço e o tempo como produções sócio-históricas, de modo que as manifestações do capitalismo, por exemplo, não ocorrem nos espaços e nos tempos, mas produzem os espaços e os tempos. Caso contrário, estaríamos aceitando a existência de algo como pressuposto, absoluto. Em segundo lugar, seguindo Lefebvre, concebe-se o território, essencialmente, como fenômeno complexo, obra, produção histórico-social, práxis social. “No humano e no social”, diz Lefebvre, “tudo é ato e obra” (1979: 41), feito sendo feito, produção histórico-social. Ao conceber o território como ato (sendo feito), obra (feito) e práxis (pensamento e ação), mas, também, como ato, obra e práxis que remetem a um campo de conflitos entre atores, se “introduz a inteligibilidade concreta (dialética) nas relações sociais” e se remete à idéia de “superação”, já que a práxis “restabelece a coincidência entre as representações e a realidade, entre as instituições (superestrutura) e as forças produtivas (as bases), entre formas e conteúdos” (LEFEBVRE, 1979: 40-41).

A noção de território remete, assim, ao território-ator e, ao mesmo tempo, a atores histórico-sociais, a relações sociais em espaços/tempos múltiplos, não necessariamente hierarquizados, locais, regionais, nacionais e internacionais, instantâneos e lentos. Ela remete, nas contradições entre os atores, às lutas vitais para o controle do espaço e do tempo, do espaço e do tempo do território (totalidade) e, também, do espaço e do tempo dos seus personagens. O controle do espaço e do tempo do outro significa o controle da alma do outro. Como esse controle se opera em Toledo? Visto por essa perspectiva, o território emerge como totalidade viva, complexa, em permanente crise e transformação, “morte e vida severina”, produção e consumo de bens e serviços, tangíveis e intangíveis, dando origem, na sua dinâmica, a novos ambientes sociais, a novas sociabilidades e a novas relações com os próprios ambientes físicos. Do mesmo modo que a cidade, o território situa-se “a meio caminho entre aquilo que se chama de *ordem próxima* (relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, relações desses grupos entre eles) e a *ordem distante*, a ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um código jurídico formalizado ou não, por uma ‘cultura’ e por conjuntos significantes” (LEFEBVRE, 2001: 46).

É nessa perspectiva que, neste trabalho, se abordará o território, passando pelas suas metamorfoses: *obrage*, colonização, modernização, globalização. Não como escalonamento, mas como “diversidade dos tempos históricos que se combinam” no hoje, como “provisoriedade e hesitação”, “desencontros e confrontos” (MARTINS, 2000: 17-54). O texto compreende três partes⁷ que, por sua vez, correspondem aos três momentos da formação do território: colonização, modernização e globalização. Cada momento faz referência a universos específicos, encontros e confrontos, atores, estruturas e jogos de poder envolvendo estratégias e formas de controle dos espaços e dos tempos.

COLONO, COLONIZADORA, COLONIZAÇÃO

Sérgio Buarque de Holanda, em “Raízes do Brasil”, chama a atenção para o caráter “predatório e itinerante” da colonização européia do Brasil, cujos sujeitos sociais seriam uma combinação de aventureiro e garimpeiro, que se teriam servido da terra como “usufrutuários”, com o intuito de “a desfrutarem e a deixarem destruída” (HOLANDA, 1995: 52). Para o colonizador, desse ponto de vista, o território aparece como um espaço aberto e a natureza como um objeto bruto, algo que deve ser conquistado, des-envolvido e submetido, digamos, aos cálculos de uma razão civilizatória.

Holanda toma como exemplo de colonizador, nesse estudo, não apenas o português que, no litoral nordestino, extraiu o pau-brasil e, em seguida, introduziu

a cultura da cana-de-açúcar. Mesmo considerando as suas especificidades em termos de tempos e espaços, o autor atribui essas mesmas características aos colonos italianos e alemães que, desde meados do século XIX, colonizaram o Rio Grande do Sul. Além disso, ele deixa implícita a idéia de que, no curso da história, a colonização ganhou caráter próprio no Brasil, dando origem ao que alguns autores (mais recentemente) denominam a “colonização interna” e, mesmo, o “neocolonialismo”, que se teria constituído de forma combinada com a colonização externa e histórica, sob a égide do imperialismo. Pfluck (2002), em estudo mais recente, reencontra essas características assinaladas por Holanda nos colonos descendentes de alemães e italianos que, oriundos do Rio Grande do Sul, desde meados do século XX, colonizaram o Oeste do Paraná e, mais recentemente, teriam constituído uma das bases territoriais e ideológicas do agronegócio brasileiro.

A colonização é um fenômeno histórico-social, do mesmo modo que o colonizador é um sujeito histórica e socialmente definido. É nessa perspectiva que, por exemplo, Porto-Gonçalves (2004) identifica o colonizador contemporâneo, metamorfoseado em agro-negociante, como um resultado da combinação entre o antigo colonizador brasileiro - portador de um espírito predatório-itinerante -, e o novo colonizador - portador desse novo espírito da globalização neoliberal. O amálgama que articula esses tempos tem um caráter mais propriamente religioso, o “espírito missionário”, essa “verdadeira ideologia missionária que se acredita salvadora do país”. Assim, no caso de Toledo, a colonização não poderia ser separada de elementos como o ambiente histórico (anos 1940, crescente onda de nacionalismo, segurança nacional, crescimento urbano, desenvolvimentismo, demanda de alimentos) e espacial (intensificação das migrações internas, região de fronteira, a idéia de vulnerabilidade), o modelo adotado de colonização (privado com o aval do Estado), as estratégias seguidas no processo de colonização (a escolha dos colonos, o sistema de *marketing* promovido pela colonizadora, a infraestrutura posta), a presença intensiva das igrejas católica e luterana (esmeradas no cuidado das almas) e a formulação de um estereótipo do colono (o “mito fundador”⁸). O Oeste do Paraná emerge, assim, como um poderoso símbolo inventado⁹ e lapidado pelo colonizador. A colonização significa, assim, tomar posse de um território, tempo e espaço, trazê-lo para o reino da civilização, desenvolvê-lo, retirá-lo do reino da violência (MYSKIW, 2002)¹⁰, fundar o poder (controle) do colonizador.

Na colonização do Oeste do Paraná, as empresas colonizadoras - a Industrial Madeireira Colonizadora do Rio Paraná S/A (MARIPA) foi de longe a mais importante -, privadas, amparadas por concessão estatal, exerceram a função de mediadoras, planejadoras e viabilizadoras do processo, o que incluía, entre outras funções: I) a difusão da idéia da existência de um “vácuo” populacional (SUGIMOTO, 2006), ou de um “vazio demográfico” (SCHNEIDER, 2001: 227)

que favoreceria a insegurança nacional; 2) o incentivo à migração para o preenchimento desse “vácuo” e para garantir a segurança nacional; 3) a seleção dos migrantes e a viabilização da migração; 4) a produção de uma representação adequada da região e do colono que a ocuparia; 5) a divisão e a distribuição de lotes de terras e a sua titulação; 6) a construção das primeiras moradias para os colonos e de estradas de acesso para essas moradias e, 7) a promoção do espírito “empreendedor” ou empresarial.

As igrejas, por sua vez, enquanto agentes da colonização, repetiriam em Toledo o que haviam feito meio século antes no Rio Grande do Sul: assumiriam a função de mediadoras “na organização e no desenvolvimento das comunidades locais” (SCHALLENBERGER, 2006: 68)¹¹. Isso significou o seu envolvimento em atividades de caráter religioso, social, educacional e, inclusive, de ordenação do espaço social e da produção econômica. Era uma igreja fortemente identificada com o povo, principalmente em termos étnicos e por laços de parentesco (alguns padres e pastores faziam parte – laços de parentesco - de famílias migrantes)¹². Mas, mais importante, era uma igreja dedicada ao incentivo de “uma organização social que primasse pela solidariedade e buscasse no princípio da auto-sustentação a definição de um território onde fosse possível travar relações e comungar interesses, valores e normas, que despertassem a consciência da identidade, disciplinassem a forma de inserção dos indivíduos no grupo e orientassem as ações em vista do bem-comum” (SCHALLENBERGER, 2006: 68). Elas exerceram um papel fundamental no sentido de neutralizar as tensões inerentes aos processos migratórios e “na codificação de novas idéias e representações do universo da colonização” (SCHALLENBERGER, 2006: 71). As igrejas dividiam com a empresa colonizadora a tarefa de realizar a colonização: encarregavam-se do cultivo das almas, enquanto as empresas faziam o trabalho, digamos, “bruto”.

O colono. Origem: Rio Grande do Sul (com raras exceções nessa colônia). O que significa colonizar – sair de uma comunidade para fundar outra na fronteira ou no “além da civilização” – para o colono? Para responder a pergunta, Milena Fernandes de Oliveira chama a atenção para a “consciência da diferença”: “antes que os indivíduos se percebam parte de uma totalidade, eles começam a se sentir excluídos de uma outra da qual ainda fazem parte. Isso não significa o rompimento com uma dada identidade, mas tão somente a percepção e mais do que isso, a conscientização de que existem algumas condições que o tornam diferente do outro” (OLIVEIRA, 2003: 2-3). Não se trata, portanto, segundo a autora, de uma negação do passado, mas da consciência de que a situação é nova, o que é fundamental, do ponto de vista do migrante, para a elaboração de uma nova identidade. Os colonos que chegaram ao Oeste do Paraná, e cujos antepassados não tão distantes haviam chegado ao Rio Grande do Sul procedentes da Itália ou da Alemanha, viveram um novo processo de territorialização (HAESBAERT, 2006).

O colono, homem forte, des-bravador, que estabelece o domínio sobre um território, emerge assim, ao mesmo tempo, como um ser fragilizado, que já não tem ao alcance das mãos a proteção de uma suposta comunidade identitária; ele é frágil, ainda, diante do mundo que tem pela frente, desconhecido, com o qual terá que aprender a conviver ou sobre o qual exercerá o seu domínio. Ele é, também, o colonizador, o produtor de um novo território, com o que ele elimina o passado (tempos e espaços).

Os primeiros grupos de “colonos” – os “pioneiros” - chegaram a Toledo em 1946 e foram seguidos, imediatamente, por novos e novos grupos. Muitas são as histórias das dificuldades enfrentadas pelos colonos nesse período “heróico” de “desbravamento” (des-bravar = amansar), que contribuem para reforçar o mito do pioneiro (esquece-se a “consciência da diferença”, a fragilidade, para reforçar a idéias de força). Mas, também, como recordam ainda hoje antigos “colonizadores”, nesse tempo, as famílias contavam umas com as outras, formavam comunidades¹³. Elas contavam, ainda, para enfrentar as agruras da natureza, com a mão-de-obra nativa (eram bons conhecedores da região): “de início, começaram a aparecer elementos paraguaios em busca de serviços. Vieram também poloneses de um lugar próximo a Cascavel, chamado São João, colonização de imigrantes lá localizados pelo Governo do Paraná. Todos constituíam a mão de obra indispensável para os trabalhos a serem realizados” (<http://toledo.pr.gopv.br/dadosmunicipio/Middledadosmunic.html>). Interessante: do ponto de vista do colono/colonizador, o paraguaio é, simplesmente, um “elemento”. Apesar da importância do seu papel no enfrentamento das dificuldades “da colonização”, esse “elemento” não aparece, hoje, na história da região: ele não é “pioneiro” e nem mesmo “colono”. Vazio. Um “elemento”. O próprio passado mais remoto da região só aparece – na história de Toledo - quando se torna necessário justificar a presença da empresa Maripá.

Os colonos - muitos deles chegaram em pequenos grupos constituídos com base em laços de parentesco, vizinhança e etnia (italianos e alemães) – receberam (adquiriram) lotes de terras tendo em torno de 25 hectares (realiza-se uma espécie de democratização no acesso às terras) e formaram teias de caminhos que articulavam sítios, comunidades e povoados. Do ponto de vista da relação com a natureza, combinavam a derrubada de uma parcela das matas (ela começava, em geral, nas partes baixas dos sítios ou nas beiras dos rios e dos córregos) com a preservação do restante (partes altas), que serviria para a extração de inúmeros produtos, inclusive a madeira para a construção das casas, galpões, galinheiros e chiqueiros (a infra-estrutura básica de cada sítio). A parcela derrubada da mata, por sua vez, passava sempre pelo fogo que, freqüentemente, invadia outras matas, de modo que, em determinadas épocas do ano, a região ficava completamente embaçada pela fumaça. O primeiro ato do colono consistia em fazer a “limpa” (limpeza, des-envolvimento, destituição do caráter natural), o preparo da terra

para o cultivo. A cultura (tempo e espaço) substitui a natureza (não tem tempo e espaço). Como diria Eagleton (2005: 10), a “cultura” significa, nesses termos, uma ruptura com relação à natureza na sua dupla expressão: a natureza que está fora de homem e a natureza que está dentro do homem.

Em cada sítio – terras com matas e roças, casa, chiqueiro, galpão e galinheiro -as famílias desenvolveram a chamada policultura de subsistência (culturas combinadas de milho, feijão, arroz, trigo, mandioca, etc.), associada à criação de pequenos animais domésticos, principalmente suínos, vacas leiteiras e aves, cujo excedente vendido servia como fonte de renda para a aquisição, na cidade, de bens necessários para garantir a segurança da família. As comunidades - espaços a partir dos quais se estruturavam as relações culturais, religiosas, étnicas, escolares, de vizinhança e amizade – denominadas capelas ou sedes, eram os principais pontos de convergência, fora do sítio, dessas populações ou das famílias (quase não se imaginava um indivíduo fora de uma família) que para lá se encaminhavam aos domingos para as rezas e, durante a semana, para a escola. A comunidade era portadora, assim, além do seu caráter simbólico, de uma certa materialidade: era um espaço, um lugar, a capela-escola, onde as famílias se encontravam. O cemitério, além da capela e da escola, aparecia como um terceiro elemento agregador das famílias. A memória e a projeção, a salvação da alma.

Colono (o pioneiro), família (nomes, etnias) e comunidade (religião) eram, assim, os elementos chaves na formação das identidades e do território. O colono pode ser identificado, nesses termos, como um sujeito que articula o espírito aventureiro (migra para terras distantes em busca de melhoria) e predatório (abre as matas, queima, “limpa”) com um espírito itinerante (passa, não cria raízes), como alguém que se reterritorializa (com as dores que aí estão implicadas), movido por uma ideologia missionária e que se acredita salvadora do país¹⁴. Mas, contraditoriamente, ele é, nesse momento, um personagem que se fixa, territorializa, põe raízes. Ele já tem raízes, família, nome, etnia, crença, mas também põe novas raízes, coloniza fundo. A sua produção é, principalmente, a autoprodução, a autoreprodução. O outro, para o colono, é, principalmente, um outro colono, dialeticamente, ele mesmo. A alma, o espaço e o tempo são da Igreja (comunidade) e do colono (sítio).

Sobre essa base se constituirá em Toledo o mito do pioneiro, que o identifica como o herói produtor da região e, assim, como aquele que merece a eterna veneração do povo que a herda. A família do pioneiro – identificada com um sítio - é “a célula” que se vincula com outras células e a partir da qual tudo se estrutura e tudo se abre. Não se trata, todavia, de qualquer família, mas de uma família que tem um nome – nome de famílias - e que faz parte de um grupo étnico/religioso, a partir do qual se firmam novas relações sociais, econômicas, políticas e, particularmente, de reciprocidade.

Nesse modo de estruturar a vida onde predomina uma certa espontaneidade e um modo de viver fundado na coesão social, no auxílio mútuo e na identidade cultural, era pouco significativo o nível de institucionalidade. Não se quer afirmar, com isso, que não existissem relações de caráter formal vinculando os colonos com o Estado, com agentes do mercado e, principalmente, com as igrejas. “Um dos marcos institucionais mais significativos no processo de imigração e da colonização do Sul do Brasil foi a presença da Igreja, que veiculou a dimensão existencial religiosa como um dos fatores de identificação cultural e de coesão social” (SCHALLENBERGER, 2006: 67). Mas, pouco a pouco, o institucional se impõe, des-envolve e re-veste Toledo. Em 1952 foi criado o município, novo campo de disputas, o campo das disputas político-eleitorais e da vinculação de nomes de famílias com cargos políticos. O mito do pioneiro¹⁵ encontrava novo chão. Produziam-se demandas novas. A sede do município – a cidade – começava a despontar como um novo centro de convergência, ainda de caráter menos denso que a sede da comunidade. O sítio, a colônia e a comunidade continuam sendo o chão da vida.

Nesse tempo, década de 1950, sobretudo quando se morava longe da sede do município, “ir para a cidade” (se “ia” para a cidade) era uma “meia aventura” realizada principalmente pelo homem, o pai. A saída da casa – geralmente a cavalo – era um momento mais ou menos solene; mais solene ainda era o retorno, a chegada, as novidades. A cidade era algo estranho, meio exótico, distante, mas também desejado. Comércio, distância e atração, desejo. O sítio, a comunidade – lugar das relações de reciprocidade -, era onde se estruturava a vida da família do colono; a cidade e as relações institucionais exerciam papel claramente secundário, não vinculava a família, mas o homem, o chefe da família. As cidades cresciam, passavam a exercer atração: o progresso, a modernidade, a técnica, a produção humana.

Distribuição da População Urbana e Rural			
Ano	Urbana	Rural	Total
1956	2.720	7.225	9.945
1960	5.926	19.033	24.959
1970	14.986	53.899	68.885

Fonte: IBGE - Censo 2000 - *Dados estimados pelo IBGE.

O que seria o Oeste do Paraná, Toledo, era rapidamente “colonizado”¹⁶, ocupado. Entre 1956-1960 (cinco anos), a população de Toledo aumentou em mais de 250%, repetindo a desempenho na década seguinte, quando cresceu em quase 280%. No primeiro lapso (1956-1960), a população rural do município cresceu em 263% e, no segundo (1960-1970), cresceu em mais de 283%. Enquanto isso, a população urbana crescia em, respectivamente, 218% e 253%. Grosso modo, nesse período, cresce vertiginosamente a população total do município e, em grande medida, se mantém estável a relação proporcional entre população rural e população urbana.

PRODUTOR, PRODUÇÃO, MODERNIZAÇÃO

Crise política, ditadura militar. Estes são, provavelmente, os conceitos que melhor identificam, no Brasil, as décadas de 1960-1970. Como nos anos 1940, mas de modo diferente: novo tempo-espaço, novos atores, nova hegemonia, novos projetos nacionais. Crise e grandes transformações. “O período entre 1964 e 1990 correspondeu a uma época de forte invenção política no Brasil. A ditadura, ela mesma sinal da impossibilidade de hegemonia, promoveu uma aceleração na transformação das forças produtivas...” (OLIVEIRA, 2007: 16-17). A ditadura abalou nas raízes os modelos político, econômico, cultural e as relações de sociabilidade produzidas no Brasil desde os anos 1930. De acordo com Marx - “Introdução [à Crítica da Economia Política]” (1982) - com a exasperação das tensões dialéticas entre forças produtivas e relações de produção, é abalada a totalidade das relações materiais e ideológicas da sociedade. Durante a ditadura – a exasperação das tensões, combinada com o impedimento da política (do “desentendimento”), foram aceleradas as mudanças nas estruturas econômicas, nas relações sociais, no sistema institucional e no próprio aparato ideológico, favorecendo a emergência de uma nova hegemonia¹⁷ no mundo rural: produtores e complexos agroindustriais. Do rural ao agrícola, do colono ao produtor, da (re)produção do colono para a produção de mercadorias; novos personagens, produtos, sistemas e relações de produção e modos de representação política/ideológica; novos espaço-tempos e novas formas de controle do espaço e do tempo.

O Oeste do Paraná, no final dos anos 1960, já contava com uma densidade populacional relativamente importante. As colonizadoras já haviam encerrado a sua tarefa, a propriedade da terra estava praticamente regularizada, as matas haviam diminuído significativamente de extensão, a produção agropecuária, principalmente de suínos, gerava excedentes cada vez maiores, algumas vilas se tornavam cidades e pólos de atração de populações, empresas agroindustriais eram atraídas, instalavam-se na região e definiam novas relações e dinâmicas com os agricultores. As famílias dos colonos haviam crescido, os filhos haviam constituído novas famílias tornando pequenos, insuficientes e exprimidos, os sítios, provocando o aumento

da pressão sobre as matas restantes e nas fronteiras com os vizinhos. A introdução de novas tecnologias, de arranjos produtivos articulando agricultura-indústria-comércio-bancos-Estado, de novos produtos e escalas de produção, por um lado, e de novas estruturas sócio-culturais, políticas e ideológicas, por outro, deram origem a novos atores e a uma nova hegemonia. No lugar do colono, nasciam os produtores agrícolas, no lugar da produção para a subsistência da família, vinha a subordinação aos complexos agroindustriais. De acordo com Bartra, *“así, en el trabajo agrícola, la escisión, inversión y fetichización de la relación entre el hombre y las cosas resulta, no tanto de la expropiación territorial de los campesinos y las comunidades rurales, como del desarrollo de artefactos, como la trilladora mecánica, que sacrifican al trabajador en nombre de la intensificación y a la postre generan irracionalidades e ineficiencias”* (BARTRA, 2006: 137).

Foi marcante, nessa época, o discurso “modernizante” pautado no lema “plante que o governo garante”¹⁸, baseado em dois pilares: os programas indutores e financiadores da introdução de novas tecnologias (a “Revolução Verde”) e da constituição dos complexos agroindustriais via integração da agropecuária, por um lado, e, por outro, os programas de incentivo à migração/colonização de novas fronteiras em nome da segurança e da integração nacional (Programa de Integração Nacional - PIN). Incentivava-se, por um lado, a concentração de terras e de capitais, requisito necessário para atender as novas demandas de escala, e, por outro, a migração para as chamadas novas fronteiras. Tudo na “santa paz de Deus”, “sem conflitos”, em nome da liberdade de escolha, como afirmam ainda hoje alguns agricultores do Oeste do Paraná. Mas, como nos lembram, também, esses agricultores, para entender o que ocorreu naquele momento não é suficiente o recurso a uma explicação do tipo “os fracos saem e os fortes permanecem”. A propaganda constituiu-se em instrumento de grande eficácia na indução de “escolhas”. Ao confundir novas fronteiras com progresso, seduziu-se, inclusive, famílias de agricultores relativamente capitalizadas. Mas, é evidente, dentre os que migraram, predominaram os descapitalizados e os “novos filhos dos colonos”.

Esses processos alteraram rápida e profundamente as estruturas e as relações de sociabilidade e as estruturas dos sistemas produtivos. Mudou, também, o significado da “produção” no sistema de representações dos agricultores: ela deixou de ser um meio de viabilização da reprodução biológica e social e tornou-se uma ação racionalizada com vistas a finalidades explicitamente econômicas: era preciso ganhar dinheiro para fazer frente às novas demandas. O colono, fortemente vinculado à natureza e à sua reprodução, tornou-se produtor para o mercado, separou produção de reprodução.

A respeito da modernização “conservadora” ou “dolorosa”¹⁹ da agricultura brasileira, já foi sobejamente discutido, o que nos poupa de retornar ao tema. Mesmo a respeito da modernização da agropecuária no Oeste do Paraná, conta-se

já com vasta bibliografia, que inclui desde os trabalhos quase “pioneiros” de José Graziano da Silva que aparecem num dos capítulos de “A Modernização Dolorosa” (1982), até o artigo elaborado pelo IPARDES e publicado como o capítulo no importante livro “Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola” de George Martine e Ronaldo C. Garcia (1987: 125-167). Além disso, nesses últimos anos, na UNIOESTE, multiplicaram-se os estudos a respeito dessa temática.

Concentrando-nos especificamente no caso de Toledo, e considerando pelo menos o resultado de uma significativa quantidade de estudos realizados sobre a região, pode-se dizer que a modernização da agropecuária (e a metamorfose do colono em produtor) caracterizou-se como um processo complexo que produziu um novo território. Seis temas condensam essas mudanças.

NO MODELO TECNOLÓGICO, COM PASSAGEM DO ANIMAL/ARTESANAL PARA O MECÂNICO/QUÍMICO

O processo de mecanização/quimificação da agricultura se traduziu, no âmbito dos estabelecimentos dos agricultores, no aumento do número de tratores, caminhões, colheitadeiras, galpões e sistemas de armazenagem de produtos que, por sua vez, exigiram novos modos de tratamento dos solos como, por exemplo, a introdução das chamadas “micro-bacias” durante os anos 1970 (FAVERO e ROESLER, 2006: 34), a expansão das áreas cultivadas com a conseqüente diminuição das áreas com florestas e o aumento no tamanho dos estabelecimentos. Opera-se, também, uma reestruturação com relação ao tempo dos agricultores dedicado à agricultura e, ainda, na própria rede de relações dos agricultores. A cidade e agentes da cidade ingressam na sua rotina cotidiana. Mas, repetindo o que disse Bartra (atrás), ou o que sustenta Benko (1996: 26) apoiando-se em Schumpeter, toda inovação tecnológica tende a desempenhar um papel central nas dinâmicas e nas transformações dos sistemas econômicos.

NAS ESTRUTURAS DE DISTRIBUIÇÃO/CONCENTRAÇÃO DO CAPITAL E DA PROPRIEDADE DA TERRA

Em estudo realizado por Rippel e outros (2005) a respeito da localização da população urbana e rural do Oeste do Paraná entre 1970 e 2000, aponta-se para mudanças significativas no quadro da distribuição, apropriação e organização das áreas rurais. Pode-se imaginar que essas alterações foram mais profundas em municípios como Toledo e Cascavel, onde se verifica, por um lado, uma diminuição bem mais expressiva no número total de estabelecimentos e, por outro, um incremento no número relativo de estabelecimentos e da área na faixa de imóveis médios (entre 50 e 500 hectares). É possível afirmar, diante disso, que a introdução do novo modelo tecnológico exigiu, para tornar-se operacional, maior volume de produção (retorno), o que seria obtido, no caso específico, via aumento de

produtividade (por hectare ou da força de trabalho) e pela introdução de novas escalas no plano infraestrutural: mais terras e mais capital.

NAS ESTRUTURAS DEMOGRÁFICAS

Desde 1970, o ritmo de crescimento da população total de Toledo diminuiu significativamente. Entre 1970 e 1980, ela cresce em apenas 12% e, entre 1980 e 1991, ela cresce em pouco mais de 11%. Alterava-se significativamente, no entanto, a distribuição da população entre o rural e o urbano: no primeiro lapso (1970-1980), a população urbana saltava de aproximadamente 15 mil habitantes para 43 mil (aumento de 285%) e a população rural caía de 54 mil habitantes para 38 mil (aproximadamente 70%). Essa tendência se mantém na década seguinte, de modo que, entre 1980 e 1991, enquanto a população urbana crescia em quase 60%, a população rural diminuía em 58%. Mas, nesse período, três mudanças no quadro demográfico chamam a atenção: a região torna-se terra de migrantes, apesar de continuar recebendo imigrantes; predomina a migração de famílias e de indivíduos relativamente jovens; diminui rapidamente o tamanho médio das famílias dos agricultores. Evidentemente, essas não são características específicas da região, mas indicadores do novo perfil médio dos denominados produtores rurais do Sul do país.

NA PRODUÇÃO DE UMA NOVA SOCIABILIDADE

Durante vinte anos, o território denominado Toledo viveu um profundo paradoxo: a diminuição significativa da população rural e o crescimento vigoroso da produção agro-pecuária. Ocorre, no entanto, como foi dito acima, que as mudanças no perfil demográfico eram acompanhadas por mudanças não menos importantes no quadro tecnológico e nas relações sociais de produção. Essa nova sociabilidade/ruralidade envolve a diminuição da importância da comunidade, da família e das igrejas na vida do agricultor, o deslocamento do controle do espaço/tempo da família do agricultor para a agroindústria, o aumento relativo do tempo dedicado ao trabalho produtivo em detrimento do tempo dedicado à comunidade e aos vizinhos e parentes, o aumento da frequência das idas do agricultor para a cidade. O trabalho, o cuidado com a produção, e não mais o cuidado com a alma, move essa metamorfose de colono em produtor. O espaço (sítio) torna-se cada vez mais um espaço do capital e o tempo do agricultor é cada vez mais controlado por complexos agroindustriais e não mais pelas igrejas; a produção, e não mais o consumo, define os comportamentos dos agricultores. Nesse novo quadro, foi criada a Associação Comercial e Industrial de Toledo (ACIT), que, desde então, desempenhará papel importante na configuração do território. Além disso, chegou a SADIA²⁰, o emblema local da modernidade. Toledo se tornou um vigoroso pólo de concentração de indústrias de transformação de produtos agropecuários e de comércio de maquinaria pesada e de produtos químicos.

NA SUBSTITUIÇÃO DAS RELAÇÕES INFORMAIS POR RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, COM IMPACTOS MAIS SUBSTANCIAIS NOS SISTEMAS ORGANIZACIONAIS

A integração social, ao contrário da integração comunitária, “naturaliza” a institucionalização dos vínculos entre os indivíduos. Essa nova situação exige do agricultor a criação de um novo aparato organizacional, centrado nos sindicatos e nas cooperativas, que substituem as comunidades. Desde então, é (também) por meio dos sindicatos e das cooperativas que o produtor rural se integra no novo cenário. As igrejas produziam as comunidades e as relações de reciprocidade; a modernização produz as cidades e as instituições. Não importa se, na prática, as comunidades continuam e se o sindicato e a cooperativa mantêm como bases as comunidades; importa menos ainda se essas organizações, principalmente os sindicatos, “re-presentam” realmente os produtores rurais ou estruturam estratégias de enfrentamento das contradições que permeiam as relações entre produtores agropecuários, indústria e bancos. Pouco importa, também, se os sindicatos têm caráter claramente assistencialista e se as cooperativas representam mais os interesses da grande indústria do que os dos produtores agropecuários. O que importa para o agricultor é o fato de ter uma carteirinha que o torna alguém perante o Estado (assistência médica) e os agentes do mercado, o que transforma as organizações numa espécie de corredores através dos quais o produtor circula da roça para os bancos²¹. No campo do associativismo rural, na década de 1960, haviam sido criadas organizações como as “Sociedades de Damas”, voltadas, principalmente, para atividades de caráter religioso ou quase religioso. Agora, nos anos 1970-1980, surgiram as Associações de Senhoras, as Associações de Donas de Casa e os Clubes de Mães, de caráter mais propriamente reivindicativo²², sócio-recreativo e produtoras de uma nova identidade, a identidade da mulher. Surgiram, também, as Associações de Produtores Rurais, com o objetivo de facilitar aos agricultores a obtenção de financiamentos públicos.

NA PRODUÇÃO DE UMA NOVA POBREZA E DA EXCLUSÃO SOCIAL

O que é a pobreza em sistemas de produção predominantemente voltados para o autoconsumo e o que é a pobreza em sistemas de produção integrados ao mercado? O sistema “colonial”, além das diversas formas de desigualdades entre os agricultores, tinha como principal ponto de clivagem a desigualdade entre os colonos e os chamados “caboclos”, sem terras, contratados principalmente para a derrubada das matas e para os trabalhos pesados. Nesse novo momento, o do produtor, a desigualdade entre os agricultores se revela em termos de tamanho: o tamanho da propriedade (extensão da propriedade) e o tamanho dos investimentos em tecnologias através das quais o agricultor opera o seu sistema produtivo. A modernização produz, desse modo, três novos sujeitos: o médio/grande produtor

modernizado, integrado às empresas e cooperativas e subordinado às dinâmicas do mercado; o pequeno produtor vinculado principalmente à produção para o consumo da família; o bóia-fria que se tornou um sujeito emblemático no período. Este último, um “expulso” do campo na própria região, ou vindo de outras regiões do país, principalmente do Nordeste, se concentra nas periferias das cidades, de onde se desloca para os trabalhos no campo²³. Refaz-se, desse modo, tanto o tecido urbano – aparece a cidade dividida – quanto o tecido rural. Essencialmente, nesse novo tecido rural, o controle do espaço/tempo é transferido, pelo menos em termos hegemônicos, das mãos do colono/produtor para as mãos dos complexos agroindustriais.

Em síntese, a partir de 1970, Toledo vive um rápido processo de mudança que pode ser expressa como a subsunção do colono pelo produtor agropecuário ou pela produção de uma tensão entre a lógica da família/comunidade/religião (salvação da alma) e a do complexo agroindustrial (salvação da razão). Dito de outro modo, este conjunto de mudanças significa, por um lado, uma ruptura com o passado e a produção de uma nova sociabilidade (novos atores, novas relações, novos conflitos) e de um novo território; mas, por outro, pelo menos do ponto de vista dos atores locais, Toledo mantém as suas grandes tradições, tais como o culto do pioneiro, o encanto da família, da comunidade e da religião e os vínculos de caráter étnico²⁴. A lógica dos mercados – formal, institucional, produtiva, mercadológica – perpassa a própria lógica religiosa. Nascem novos atores, novos poderes e novos símbolos. É o progresso!

AGRONEGÓCIO, NEGÓCIO, GLOBALIZAÇÃO

A globalização corresponde “a um novo regime de acumulação do capital, um regime mais intensamente globalizado que os anteriores, que visa, por um lado, dessocializar o capital, libertando-o dos vínculos sociais e políticos que no passado garantiram alguma distribuição social e, por outro lado, submeter a sociedade no seu todo à lei do valor, no pressuposto de que toda atividade social é mais bem organizada quando organizada sob a forma mercado. A consequência principal desta dupla transformação é a distribuição extremamente desigual dos custos e das oportunidades produzidas [...], residindo aí a razão do aumento exponencial das desigualdades sociais entre países ricos e países pobres e entre ricos e pobre no interior dos mesmos países” (SANTOS, 2002: 13). Ela rompe, desse modo, com as estruturas fundadoras da sociedade moderna (faz o “desmanche” dessas estruturas), que tinham no “espaço-tempo estatal, nacional” o espaço-tempo privilegiado, e cujo sistema de regulação tinha como base um contrato social expresso, principalmente, no contrato de trabalho (SANTOS, 1999: 86-87).

Os impactos desse “desmanche” são devastadores e se fazem sentir,

principalmente, em três ambientes: na “sociabilidade plasmada na época do trabalho como categoria central” (OLIVEIRA, 2007: 26), ou na época do produtor rural, que resultará na produção do chamado “fascismo societal” (SANTOS, 1999: 103); na “supressão ou esvaziamento da esfera pública” pela via da desregulamentação e, principalmente, através da “autonomização do mercado” e da produção de um contexto no qual sequer “há regras mercantis” ou contratos (OLIVEIRA, 2007: 37); na produção do consenso (político/ideológico ou superestrutural) da “indeterminação” ou, mais apropriadamente, na produção do não-consenso como lógica, de modo que as relações entre classes, interesses e representações vão “para o espaço” (OLIVEIRA, 2007: 38), ou são substituídas pela idéia única, naturalizada, emanada do agronegócio. O que resta desse processo de “desmanche” é “a incerteza, a insegurança, o medo e, freqüentemente, a xenofobia. Precariedade de vida e dos destinos, busca de culpados pelas suas situações: os criminosos, os forasteiros, os marcados por algum estigma” (BAUMAN, 2004: 143). Os sem-terra são transformados no “espectro” que ronda a sociedade e produz o “grande medo”. Enfim, é um contexto no qual “os pobres se matam entre si, e as classes médias andam de vidros levantados em seus carros [...], enquanto os grandes empresários trafegam de helicópteros dentro das cidades” (OLIVEIRA, 2007: 35).

O processo de “globalização” afeta, ao mesmo tempo, e com a mesma intensidade, as dinâmicas de produção (material) e da representação (simbólica) de territórios e, também, os debates científico-acadêmicos em torno dessa problemática, dando origem a uma vasta gama de interpretações, desde aquelas estruturadas em torno da idéia de “desterritorialização”, diria Haesbaert (2006), dando origem a uma espécie de tempo puro e a indivíduos dessocializados, até as que sustentam a imagem de um território fundado em determinismos elaborados como se fossem uma espécie de pressupostos que independem completamente da práxis humana. Essas dinâmicas operariam, enfim, uma inversão em dois pares de categorias: produção/negócio e espaço/tempo, atribuindo primazia quase absoluta às últimas, de modo que, desde então, tudo passa a ser percebido como velocidade.

Em termos históricos, a Toledo Colônia Maripá dos anos 1950-1960 tornou-se a Toledo centro de produção agropecuária dos anos 1970-1980 e, finalmente, nessas últimas décadas, um centro do agronegócio, resultado da crescente subordinação às dinâmicas da globalização. Toledo vive, hoje, um processo de transformação profunda nas suas estruturas econômicas, políticas, sociais e simbólicas, que afetam, inclusive, os próprios modelos e processos da modernização agropecuária. Essas mudanças – que se revelaram mais nitidamente durante o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável do Município e, também, nos movimentos do agronegócio propugnando a reformulação da legislação ambiental nacional - podem ser organizadas em torno de seis eixos.

A TRANSIÇÃO, NO CAMPO DAS TECNOLOGIAS, DO MODELO AGRO-QUÍMICO/MECÂNICO PARA O AGRO-BIO-TECNO-INFORMACIONAL

A informática e a biotecnologia são transformadas nos símbolos da nova era. Durante o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável de Toledo, em 2004-2005, atribuiu-se atenção especial tanto ao problema da inclusão digital – via construção de sistemas de telecomunicações priorizando o acesso à internet (Sindicato Rural, Set. 2006: 6; Favero e Roesler, 2006: 51) – quanto ao das biotecnologias – principalmente, via fortalecimento dos condomínios de inseminação artificial, já presentes em 24 comunidades rurais e tidos como potencializadores na melhoria da produção leiteira (FAVERO e ROESLER, 2006: 50-51). Durante esse mesmo processo, e nas mobilizações do agronegócio em torno da questão ambiental, em 2005, um dos focos de atenção foi a busca da liberação, no Paraná, do cultivo/comercialização da soja transgênica (em 2006, de acordo com informações de diretores do Sindicato Rural de Toledo, quase toda a soja produzida no município era transgênica). O fato é que, atualmente, as organizações dos agricultores dispõem de sistemas de comunicação que as integram a poderosas redes organizacionais, as redes do agronegócio, e que empresas como a SADIA e, também, as cooperativas agropecuárias às quais estão integrados quase todos os produtores de aves, suínos e leite de Toledo, vêm introduzindo novos requisitos para o controle de qualidade e sanitário dos processos produtivos e dos produtos oriundos de unidades produtivas a elas integradas, tornando-os obrigatórios.

A INTRODUÇÃO DE NOVAS ESCALAS PARA A SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DAS UNIDADES PRODUTIVAS

A produção agropecuária bruta de Toledo continua aumentando de forma sistemática. Entre 1996 e 2002, de acordo com dados do IBGE, a produção de aves do município cresceu em 120,4%; a produção de suínos, em 42,75%; a produção de leite, em 40,77%. Nesse mesmo período, a produção da soja cresceu em mais de 40%. No entanto, no novo modelo tecnológico, mudaram os termos do negócio agropecuário, que passaria a subordinar a produção agropecuária. Conforme depoimentos insistentes de agricultores, essa exigência de novas escalas decorre, principalmente, da diminuição drástica da margem de lucro por unidade produzida. Atualmente, afirmam, em termos de unidades produzidas, “se lida com centavos”, o que demanda um controle cada vez mais fino dos desperdícios, dos investimentos e da comercialização. Ao lado da exigência desse controle fino, os agricultores vêm propondo a adoção de instrumentos que, supostamente, contribuiriam para a sustentabilidade econômica das unidades produtivas, tais como: o direcionamento

de investimento para a produção de tecnologias adequadas, a reconversão dos sistemas produtivos (a diversificação da produção e a combinação agricultura/pecuária, o que contribuiria para ajustar as unidades produtivas às novas demandas do sistema), o investimento público em logística (transporte e sistemas de comunicação) e em educação e, finalmente, a realização do comércio em bases cooperativas. Mas, na prática, parece, o meio mais eficaz posto em prática é a ampliação do tamanho dos estabelecimentos. De todo modo, evidencia-se a crescente perda do controle pelos atores da região dos processos no denominado “agronegócio”.

NO PLANO DEMOGRÁFICO, APESAR DE NÃO SE TER ESTUDOS SISTEMÁTICOS A ESSE RESPEITO, VERIFICA-SE UM OUTRO TIPO DE MUDANÇA

Continua, em Toledo, a migração de famílias de agricultores e a conseqüente concentração de terras (segundo depoimento de diretores do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Toledo), mas altera-se o significado do fenômeno. O que ocorre, hoje, é a transferência do local de moradia de famílias de agricultores e, principalmente, de membros dessas famílias (jovens), do campo para a cidade. Ela seria movida pela procura de facilidade no acesso a determinados bens, principalmente a educação e a diversão²⁵. Cresce, com isso, o número de estabelecimentos agropecuários cujos proprietários não moram neles (foram transformados em locais de trabalho), mas na cidade. Essas dinâmicas estariam aprofundando, conforme depoimentos de agricultores, a subordinação do rural pelo urbano, o que se traduz principalmente em termos de assimilação pelos jovens de comportamentos até recentemente considerados urbanos, como o consumo desmedido de bebidas alcoólicas e de drogas e a “perda do controle dos pais sobre os filhos”. A própria moral tradicional estaria sendo abalada, minando o campo dos valores fundadores de uma idéia de família.

4) A TRANSIÇÃO DA PRODUÇÃO (COMPLEXOS AGRO-ALIMENTARES) PARA O NEGÓCIO (AGRO-NEGÓCIO)

O agronegócio torna-se a força motriz na produção de uma nova sociabilidade. Ele articula, sob novas bases e novos termos, os campos/atores que antes constituíam os complexos agro-alimentares, então sob a hegemonia da indústria e da idéia de produção, com a exclusão da chamada agricultura familiar²⁶ (que antes eram os pequenos produtores rurais) e o deslocamento do centro de tomada de decisões do âmbito local para o global e da indústria para as bolsas de mercadorias. No campo organizacional, é realizada uma espécie de requalificação

de instituições como as cooperativas, os sindicatos e as associações de produtores, que são transformados em “pontos” (agências) em grandes redes virtuais de negócios. As redes transmitem a idéia da existência de fluidez, de indeterminação, da inexistência de centros, atores e territórios. Nessas novas circunstâncias, as organizações locais (que são tomadas por uma espécie de vertigem) vêm assumindo dois papéis principais: manter os associados informados sobre o estado dos mercados e elaborar propostas sobre os melhores modos de adequar-se às novas situações²⁷. Além da requalificação das organizações tradicionais (transformadas em agências de negócios), Toledo viu o nascimento de diversas outras organizações, principalmente dos Conselhos Gestores Municipais, a respeito dos quais já se tem uma vasta bibliografia que indica, para além dos propósitos para os quais eles teriam sido formalmente criados, a sua grande fragilidade (FAVERO, 2007). Sob a hegemonia da produção, as organizações dos agricultores supunham recriar as comunidades rurais; agora, as comunidades como que desaparecem do cenário para retornarem não mais como comunidades, mas como espaços locais de festas profanas de um denominado Pólo Gastronômico do Paraná. Com a água que leva abaixo as comunidades, vão as principais referências simbólicas a partir das quais se constituía a identidade local: família, igrejas, etnias, comunidades. A própria idéia de pioneiro muda de sentido.

A REESTRUTURAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE O LOCAL E O GLOBAL

Alessandro Bonano (2006) entende que o processo de globalização vem promovendo uma profunda requalificação das relações entre o local e o global e, principalmente, no âmbito da produção agropecuária, a transformação de todos os tipos de produção em produção comercial (de mercadorias) e a subordinação quase absoluta do setor a grandes conglomerados de empresas transnacionais. O agricultor integrado vincula a sua produção a grandes empresas e/ou cooperativas que, por sua vez, via bolsas de valores e de mercadorias, se integram em redes e dinâmicas globalizadas. O agronegócio do Oeste do Paraná, nesse âmbito, é a expressão mais evidente do “produtor integrado” nos grandes circuitos e nas dinâmicas globalizadas, o que o deixa, ao mesmo tempo, sem qualquer autonomia no desenvolvimento do seu negócio. É isso que expressam as suas manifestações políticas dos últimos anos na região, como mostramos em outro estudo (FAVERO, 2006). É a “era da indeterminação” (OLIVEIRA e RIZEK, 2007), onde espaço e tempo, como que, esvaem-se. No discurso do agronegociante, ao confrontar o presente com o futuro, o devaneio é misturado com o medo, a incerteza, a vertigem. O fio da meada é estruturado em termos de negócios, de pura velocidade.

A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA POBREZA

De acordo com Blanca Rubio, *“el rasgo sobresaliente de la globalización, es sin lugar a dudas, la exclusión social. En el campo latinoamericano este proceso se expresa en la agudización de la pobreza, la devastación alimentaria y el vaciamiento poblacional”* (RUBIO, 2006: 2). Na Argentina, segundo a autora, esse processo de exclusão teria atravessado duas etapas bem definidas: na primeira - entre o início dos anos 1980 e final dos anos 1990 -, os camponeses passaram de explorados para despojados do valor do seu produto e foram definidos como indigentes; na segunda - a partir do final da década de 1990 -, os despojados vão sendo transformados em trabalhadores exilados dos seus países ou nos trânsfugas da globalização. No Oeste do Paraná, seguindo esse esquema, pode-se dizer que, na primeira etapa, os agricultores que não migraram foram transformados em “trabalhadores temporários” (subordinados ao tempo do outro) ou em “bóias-frias” sem terras (sem chão, sem espaço), que se misturaram com outros, oriundos de diversos estados brasileiros; na segunda, uma parcela significativa desses despojados começa a colocar em evidência um traço até então quase desconhecido em cidades como a de Toledo – a indigência (manifestação da falta de opções) perturbadora da “ordem” urbana²⁸.

Um caso ilustra muito bem o significado social do aparecimento dessa nova pobreza/exclusão. No Boletim do Sindicato Rural de Toledo (Novembro de 2006: 9), o sindicato responde para os seus associados a seguinte pergunta: “o que fazer quando o sindicato dos trabalhadores rurais solicita declaração do produto rural de que um volante (bóia-fria) trabalhou em determinados períodos” (em seu estabelecimento)? Essa solicitação teria em vista a produção de documentos para comprovação de vínculo e de tempo de serviço para obtenção de aposentadoria. Resposta do Sindicato Rural: “É risco! Melhor não fazer isto.” Por quê? Segundo o Sindicato, com isso, o agricultor (patrão) estaria reconhecendo vínculo empregatício e, assim deixaria de ser considerado “segurado especial” e passaria a ser visto como empregador. O Sindicato afirma, ainda, que o trabalhador pode obter essa comprovação de outros modos e que, em último caso, para ter proteção previdenciária, basta ele ser “identificado pelo sindicato de sua categoria ou, em último caso, por autoridade administrativa ou judiciária”. Do mesmo modo trata-se o “sem terra”. Em 2005-2006, em sucessivas ocasiões, tanto o Boletim do Sindicato Rural de Toledo quanto o Boletim Informativo da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, em nome do agronegócio, assumiram postura de enfrentamento sistemático contra o Movimento dos Sem Terra (MST), que foi transformado em principal inimigo da agricultura e do desenvolvimento do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho é entender algumas das metamorfoses por que passou o território chamado Toledo ao longo da sua trajetória. Pretende-se saber como, sociologicamente, se pode estruturar uma abordagem que permita conhecer, atualmente, esta mistura de opacidades e transparências, negações e revelações, privatizações e publicizações, gentes desiguais e diferentes, mas que tramam, nas suas contradições, a produção/negação de um lugar, Toledo, o Oeste do Paraná. Um conceito estrutura a abordagem: “território”, espaço-tempo-invenção, ato e obra, matéria e pensamento, atores e cotidianos, tensões. Toledo é uma produção recente, o que permite, ainda, abarcar num olhar o olhar dos primeiros chegantes, pioneiros.

Colonizar, produzir, negociar – é o fio da meada de uma história. É, também, a porta de entrada para o entendimento de processos densos de produção social de um território. Trata-se, no entanto, de um processo no qual, de forma bem visível, “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1982: 417). Do aparente “domínio” sobre o tempo/espaço do/pelo colono/senhor, transita-se para o tempo/espaço da “produção” de um território (o território não é mais um dado, mas um projeto) para, finalmente, ingressar num universo sem sujeitos sociais, sem território (globalizado), fluido, tempo e espaço confundidos com a idéia de negócio. Indeterminação. Quem seria o outro – o que está do outro lado do balcão - do agronegócio? Onde estaria ele? Foi seguindo por esses caminhos que, neste trabalho, procuramos erigir marcos que poderão contribuir, quem sabe, para a realização de estudos sobre os processos de construção de um território. Colonização, modernização e globalização são, de fato, portas que dão acesso ao conhecimento de sistemas de sociabilidade, diferentes uns com relação aos outros, mas não excludentes. São termos que permitem perceber como os atores, funcional e contraditoriamente, material e simbolicamente, produzem a si mesmos e o seu território.

Muitas perguntas ficaram no ar, muito há que estudar, ainda. Mas, certamente, a marca mais evidente que se revela no processo de formação do território Toledo é a produção sucessiva de múltiplas formas de pobreza e de exclusões, e de dominações, por outro. Afirmações e negações. No início, os negados foram os índios, os caboclos, os paraguaios. Vieram, em seguida, os primeiros “despojados” de chão, os migrantes e, principalmente, os bóias-frias, que povoaram as periferias das cidades. Vêm, finalmente, os “sem”, a negação, os desnecessários, o alienígena, o perturbador da ordem. Os sem fala. A contradição que estava no campo (na roça, no mundo rural) se desloca, num primeiro momento,

para as periferias das cidades, forma as favelas e, finalmente, desaparece como contradição. Para o agronegócio não há outro do outro lado do balcão, não há nem mesmo balcão. Também, não há outro no sistema/processo de produção.

A dialética da exclusão, da negação, é, também, a dialética da resistência, da produção de novos sujeitos, projetos, da luta contra a exclusão. A necessidade que o agronegócio tem de afirmar a inexistência do outro é, contraditoriamente, uma forma de manifestar a existência desse sujeito negado e, principalmente, o medo do agronegócio. Ele não revela os que estão do outro lado do balcão do negócio, mas revela a existência deste “não sujeito”. Este é o novo chão, o território sendo produzido, uma nova fala que se revela.

NOTAS

1 Professor na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), PhD em Sociologia pela Université du Québec à Montréal (UQAM). Entre 2003-2006, foi professor na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), tendo exercido, inclusive, o mandato de representante da instituição no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Toledo e o papel de coordenador do processo de elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, aprovado em 2005. Agradeço a professora/amiga Elizabeth Dahlstrom pela tradução do resumo.

2 Os dois principais temas em foco eram a mata ciliar e a reserva legal (ver: Favero, Celso Antonio. Agronegócio e meio ambiente. A produção de uma consciência ambiental hegemônica. In: Revista da FAEEBA: Educação e contemporaneidade. Salvador, v. 18; n. 18; Jul.-Dez. 2007).

3 Trata-se do “Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas – Programa AMAUC – Consórcio Lambari, do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

4 A maior manifestação (o Fórum Agropecuário Paranaense de Reserva Legal florestal), contando com em torno de oito mil “ruralistas”, foi realizada em Cascavel no dia 19 de março de 2005. É importante lembrar que, nesse mesmo momento, esses mesmos atores travavam disputa acirrada com o governo do Paraná reivindicando a liberação da produção/comercialização de produtos (soja) transgênicos e que, em 2005, a agropecuária começava a sentir os impactos da queda dos preços de *commodities* nos mercados internacionais, desvalorização do dólar, queda da produção como efeito de “desequilíbrios ambientais”.

5 As Associações Comerciais e Industriais protagonizam o processo que ganhou novos contornos com o desencadeamento do movimento “Fórum Futuro 10 Paraná”, que se propunha como objetivo traçar um Plano Estratégico Integrado para o desenvolvimento do Paraná.

6 “Num certo sentido, o que a sociologia faz é compreender os encontros e desencontros que há entre *situação social* e *consciência social*. As pessoas e até os grupos sociais podem viver numa situação social problemática e adversa e, ao mesmo tempo, ter dela uma compreensão insuficiente ou mesmo equivocada” (Martins Jose de Souza. A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2003).

7 Não se esquece, com isso, os personagens que habitaram a região até meados dos anos 1940, e que, desde então, sempre estiveram lá presentes, principalmente os índios, caboclos, paraguaios e luso-brasileiros (essas designações são atribuídas, frequentemente, aos mesmos personagens, sempre em tom pejorativo, excludente, estigmatizante). Esses personagens nos remeteriam, num primeiro ato, à chamada “obrage”. O termo “obrage” – palavra da língua espanhola que designa o lugar junto à barranca do rio onde se corta e prepara a madeira destinada à descida por água – identifica, na verdade, o modo de ocupação e de exploração que predominou durante o século XIX no território argentino e que se difundiu no Oeste paranaense entre o final do século XIX e 1940, realizado por empresas britânicas, argentinas e paraguaias, com a finalidade de extrair erva-mate e madeira. O modelo se tornou conhecido com a passagem, pela região, da Coluna Preste, nos anos 1920. Na “obrage”, a relação de trabalho predominante era uma forma de “escravidão”, cujas vítimas eram índios Caingangues e Guaranis, ou caboclos (os “obrageros”), habitantes da região ou oriundos do Paraguai.

8 “Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo” (In. Chauí, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Perseu Abramo, 2000).

9 No mesmo sentido que atribui Durval Muniz de Albuquerque Jr à invenção do Nordeste do Brasil (A invenção do Nordeste e outras artes. São Paulo: Cortez, 2001). É importante lembrar, ainda, que, no caso do Oeste do Paraná, essa representação se impõe apesar das tentativas no sentido de contrapor a este um outro símbolo, a idéia de “espaço missioneiro” ou de “território del Guairá” (Schallenberger, 2006).

10 “A área da Fazenda Britânia foi densamente povoada, em terras perfeitamente legais, sem nunca alguém ter sofrido desmandos ou mesmo danos físicos, originados por disputas de terras sem dono” (<http://www.toledo.pr.gov.br/?page=historiaColonizacao.php>). O mito de Toledo remete a violência como algo do passado e que teria sido extinta pela colonização.

11 Schallenberger se refere, no texto citado, à colonização do Rio Grande do Sul. Na colonização do Oeste do Paraná, as Igrejas, de um certo modo, reproduzem a experiência.

12 A primeira missa em território do que é hoje Toledo foi celebrada no dia 30 de julho de 1946, no acampamento dos primeiros colonos ali chegados (havia chegado em 27 de março deste mesmo ano); foi celebrada por um padre que fora “encontrado” em Cascavel e que manteve o vínculo com essas novas comunidades durante dez anos (<http://toledo.pr.gov.br/dadosmunicipio/Middledadosmunic.html>). Esse fato é enaltecido, na memória regional. Como um marco na colonização.

13 Essas histórias estão ainda muito vivas entre os mais idosos das comunidades rurais de Toledo e continuam sendo contadas em ocasiões propícias. Durante o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural de Toledo, pudemos ouvir muitas dessas “lembranças” e ver os olhos brilhantes dos seus contadores.

14 Favero, Celso Antonio. Agronegócio e Meio ambiente. Que negócio é este? In. Anais do Congresso ALASRU 2006. Quito.

15 Ainda hoje, algumas das festas mais tradicionais da região têm como ator principal o chamado pioneiro, colocando em cena algumas das famílias mais tradicionais da região (Salete).

16 “Em 1940, havia 7.645 habitantes em todo o extremo Oeste do Paraná. A população saltou para 16.421 em 1950 e para 135.697 em 1960” (Sugimoto, 2006). Isso significa que ela aumentou em pouco mais de 100% na década de 1940 e em mais de 820% na década seguinte. Só a migração pode explicar esse fenômeno.

17 A colonização (migração, ocupação de espaços, nacionalismo), na década de 1940, serviu como estratégia do capital para o enfrentamento de uma crise nacional (econômica, política, social e simbólica); guardadas as devidas proporções, o mesmo ocorre nos anos 1970, com a modernização (migração, ocupação de novas fronteiras, segurança nacional).

18 Em 1972, o lema tornou-se título de música da dupla sertaneja Jacó e Jacozinho. Em reunião realizada em uma comunidade rural de Toledo, quando se solicitou dos presentes que representassem, através de um desenho, o passado de Toledo, eles colocaram no desenho o lema acima, o que demonstra que ele ainda está muito vivo na memória social.

19 Ver, para esses conceitos: Silva, José Graziano da. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: Hucitec, 1981; Silva, José Graziano da. Modernização dolorosa. Estruturas agrárias, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

20 Chegando em Toledo em 1964 (adquiriu o Frigorífico Pioneiro Ltda.), a Sadia assumiu rapidamente a liderança entre as empresas compradoras de suínos e, desde o final dos anos 1970, de frangos. Mas, principalmente, quase desde o início, a SADIA passou a difundir o sistema de “produção integrada”, envolvendo a suinocultura e a avicultura. Entre meados dos anos 1980 e dos anos 1990, como empresa, ela transitou de uma estrutura de caráter familiar e marcada pelo “espontaneísmo” para uma estrutura estritamente corporativa, envolvendo um planejamento cada vez mais rigoroso. Isso lhe permitiu, entre outras coisas, aprofundar a sua presença na região e avançar nos mercados internacionais. Flexível no início, o seu modelo de integração com os agricultores se tornou mais e mais rígido, substituindo a autonomia do agricultor por uma determinada segurança financeira. As lógicas do mercado estabelecem a primazia nas relações contratuais.

21 Este é o caso, principalmente, da Cooperativa Agropecuária de Toledo (COOPAGRO), que foi criada em 1970 tendo como objetivo, entre outros, ser um instrumento na luta contra a “evasão rural provocada pela modernização agrícola e da falta de emprego na cidade” (Amorim, 2006: 113). Desde então, até a sua falência, ela foi a referência principal no estabelecimento de vínculos entre o produtor agrícola (comprador de insumos e vendedor de cereais) e as agências do Estado e do mercado, favorecendo a modernização da agricultura.

22 Nesses anos se faziam sentir no campo os ecos dos Movimentos Feministas. Na agropecuária, principalmente no Sul do país, uma das batalhas das mulheres é pelo seu reconhecimento como agricultoras e, conseqüentemente, com direito à aposentadoria.

23 O governo do Paraná, para assegurar a presença próxima desses bóia-frias para os produtores, a partir de 1994, disseminou no interior do estado as chamadas “Vilas Rurais”, tendo como

modelo uma experiência desenvolvida em Curitiba em 1979 (Reis, Iraci Oséas dos. Projeto Vilas Rurais. 1998. In. <http://inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/20experiencias1997/14%20-%20vilas.pdf>. Mas, mais que isso, desde então, aprofunda-se crescentemente a divisão da cidade de Toledo: Toledo e Vila Pioneiro.

24 Nessa região, como em todo o Sul do Brasil, principalmente entre as populações de origem alemã e italiana, multiplicam-se nesses últimos anos as reuniões/encontros de famílias e o resgate das tradições (Colognese, Sívio Antonio. Associações étnicas de italianos. São Paulo: Ed. Itália Nova, 2004).

25 Um dos pontos sobre o qual mais os agricultores se detiveram nos debates durante o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural sustentável do Município de Toledo foi o problema da falta de equidade entre cidade e campo e sobre o direito à equidade. Mas, o que é essa equidade? Qual é o parâmetro, na cidade, para a definição dos termos dessa equidade? O problema da equidade é de base material ou simbólica (o símbolo cidade)? O fato é que, muitas vezes, o modo com se vem enfrentando essa falta de equidade é pela transferência da moradia do campo para a cidade.

26 Recentemente, em Brasília, foi aprovada a Lei Federal 11.326/2006, que reconhece juridicamente a agricultura familiar como segmento produtivo específico e, com isso, estabelece-se uma distinção entre este segmento e o chamado agronegócio.

27 A grande exceção é o Sindicato de Trabalhadores rurais que, teimosamente, se mantém como centro de emissão de guias para serviços de saúde e aposentadoria de agricultores familiares.

28 Transcrevo de forma literal trecho de documento que expressa a emergência, em Toledo, de “um espectro” que provoca mudanças na rotina na cidade e promove um tipo de reação que lembra experiências vividas principalmente na Europa durante a revolução industrial: “o aumento do número de andarilhos em Toledo está preocupando autoridades e motivou uma reunião na quarta-feira, 4, pela manhã, na prefeitura, reunindo representantes da administração municipal, Conselho Municipal de Segurança, Polícia Militar, Polícia Civil, Secretaria de Segurança e Trânsito e Promotoria Pública. A reunião foi convocada a pedido do Conselho e da administração municipal, diante de reclamações encaminhadas ao Conselho com relação à segurança de casas e empresas, pequenos furtos, riscos em veículos e perturbação do sossego público. [...]. Durante a reunião, coordenada pelo vice-prefeito Lúcio de Marchi, ficou definida a realização de um trabalho de assistência social, de cidadania, através da emissão de documentos, e busca do resgate das famílias destas pessoas. O trabalho deverá ser realizado por uma equipe da Secretaria de Assistência Social, que deverá visitar estes andarilhos, orientá-los e encaminhá-los para a realização de documentos, uma vez que a maioria sequer tem documento de identidade, e busca da localização das famílias daqueles que querem retornar às suas casas. Entre os andarilhos já identificados estão moradores de bairros de Toledo e vindos de outras cidades. As medidas, acreditam as autoridades que participaram da reunião, devem amenizar este que é um problema social e que merece a atenção do setor” (Eliane Cargnelutti Torres. In.: <http://www.toledo.pr.gov.br/noticias.php?id=bm90aWNpYXNmVjAwNzADMDQxNjMwMTIudHhO>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Maria Saete Souza de. 2006: *Cultura política e decisão eleitoral no Oeste do Paraná*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de pós-graduação em Ciência Política. Porto alegre.

BARTRA, Armando. 2006: *Del capitán Swing a José Bové: los trabajadores del campo contra el hombre de hierro*. In. Revista ALASRU, Nueva Época. Análisis Internacional del medio rural. México: Transformadora de Papel. 137-156.

BAUMAN, Zygmunt. 2004: *Amor Líquido. Sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de janeiro: Zahar.

BENDINI, Mônica. 2006: *Modernización y persistencias en el campo latinoamericano*. In. Revista ALASRU, Nueva Época. Análisis Internacional del medio rural. México: Transformadora de Papel. 221-242.

BENKO, George. 1996: *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec.

BONANO, Alessandro. 2006: *La Globalización agro-alimentária: elementos empíricos y reflexiones teóricas*. In. ALASRU. Análisis Latinoamericana del médio rural. Nº 4, Noviembre. 243-264.

CHAUÍ, Marilena. 2000: *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo.

COLOGNESE, Sílvio Antonio. 2004: *Associações étnicas de italianos*. São Paulo: Editora. Itália Nova.

EAGLETON, Terry. 2005: *A idéia de cultura*. São Paulo: UNESP.

FAVERO, Celso Antonio. 2007: *Agronegócio e meio ambiente. A produção de uma consciência ambiental hegemônica*. In: Revista da FAEEBA: Educação e contemporaneidade. Salvador, v. 18; nº 18; Jul.-Dez.

FAVERO, Celso Antonio. 2006: *Conselhos municipais de planejamento e planejamento do desenvolvimento*. In. SCHALLEMBERGER, Erneldo (Org.). Cultura e memória social. Territórios em construção. Cascavel: Coluna do Saber. 99-124.

_____. *Agronegócio e Meio ambiente. Que negócio é este?* In. Anais do Congresso ALASRU, Quito.

FAVERO, Celso Antonio e ROESLER, Marli Renate Von Borstel. 2006: *Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável do Município de Toledo*. Cascavel: Gráfica Universitária da UNIOESTE.

HAESBAERT, Rogério. 2006: *O mito da desterritorialização. Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1995: *Raízes do Brasil*. 26ª Edição. São Paulo: Editora Companhia das Letras.

- LEFEBVRE, Henri. 1979: *Sociologia de Marx*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- LEFEBVRE, Henri. 2001: *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Centauro.
- MARTINS, Jose de Souza. 2003. *A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. 2ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes.
- MARTINS, José de Souza. 2000: *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Editora Hucitec.
- MARX, Karl. 1982: *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*. In. MARX, Karl. Obras Escolhidas. Lisboa: Editora Avante. 413-512.
- _____. *Introdução [à crítica da economia política]*. In. MARX, Karl. Col. Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural. 3-21.
- MYSKIW, Antonio Marcos. 2002: *Colonos, posseiros e grileiros. Conflitos de terra no Oeste Paranaense (1961/66)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense. Pós-Graduação em História.
- OLIVEIRA, Francisco e Rizek, Cibele Saliba (Orgs.). 2007: *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- OLIVEIRA, Milena Fernandes de. *Vida material e consciência da diferença entre colonos e reinóis na história do Brasil. De Frei Vicente do Salvador*. In. http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_10.pdf. Capt. Em 10/10/2007.
- PFLUCK, Lia Dorotéia. 2002: *Mapeamento geoambiental e planejamento urbano (Marechal Candido Rondon-Pr/1950-1997)*. Cascavel: Edunioeste.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. 2004: *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record.
- RIPPEL, Ricardo et al. *Notas sobre a localização da população urbana e rural no Oeste paranaense: uma análise de 1970 a 2000*. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu (MG), 18-22/09/2006.
- RUBIO, 2006: Blanca. *Exclusión Rural y resistencia social em América Latina*. In. ALASRU. Análisis Latinoamericana del médio rural. N. 4, Noviembre. 1-14.
- SANTOS, Boaventura de Sousa e AVRITZER, Leonardo. *Para ampliar o cânone democrático*. In. SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) 2002: *Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 39-82.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. 2002: *Prefácio*. In. SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 13-22.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. 1999: *Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo*. In. OLIVEIRA, Francisco e PAOLI, Maria Celia (Org). Os sentidos da democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global. Brasília: NEDIC; Petrópolis: Editora Vozes. 83-129.

SCHALLENBERGER, Erneldo. 2006: *O fenômeno religioso e comunitário na construção social do espaço da imigração no Sul do Brasil*. In. SCHALLENBERGER, Erneldo (Org.). *Cultura e memória social. Territórios em construção*. Cascavel: Coluna do Saber, 67-83.

SCHNEIDER, Claércio Ivan. 2001: *"Nós e os outros": aspectos da formação de um consenso de comunidade (Oeste do Paraná, 1946-1960)*. In. História: Questões e Debates. Curitiba, nº 34, Editora UFPR. 225-259.

SILVA, José Graziano da. 1981: *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec.

SILVA, José Graziano da. 1982: *Modernização dolorosa. Estruturas agrárias, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

SOJA, Edward W. 1993: *Geografias Pós-modernas*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

SUGIMOTO, Luis. 2006: *Historia Peculiar de uma gente em terras inóspitas*. In. Jornal da UNICAMP, 13-19/março de 2006. P. 9.